



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Atualização contemporânea sobre o debate da crise de hegemonia do projeto ético-político do serviço social

Jackeline da Silva Moura¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir algumas questões acerca do debate da crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, à luz das tendências contemporâneas identificadas no interior da profissão. Inicialmente, resgata-se a categoria hegemonia em Gramsci, buscando apreender o sentido em que o termo é empregado pelo autor, aproximando-nos da mesma por meio de seus intérpretes. Em seguida, contextualiza-se a profissão em sua configuração contemporânea, analisando algumas das principais questões que estiveram presentes à época do debate, elaborando uma análise das mesmas a partir da conjuntura atual, num esforço de compreender como estão repostas no presente.

Palavras-chave: Crise de hegemonia. Projeto Ético-político. Serviço social.

Abstract

This paper aims to reflect some questions about the debate of hegemonic crisis of the ethical-political project of Social Work in the light of contemporary trends identified within the profession. Initially, rescues to hegemony category Gramsci, seeking to understand the sense in which the term is used by the author, bringing us the same through their interpreters. Then, the profession is contextualized in its contemporary setting, analyzing some of the main issues that were present at the time of the debate, drawing up an analysis of the same from the current situation in an effort to understand how responses are in the present.

Keywords: Hegemony crisis. Ethical and political project. Social service.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço esteve presente nas produções e preocupações dos principais teóricos da profissão entre os anos 2007- 2009. As discussões foram polarizadas por dois grupos de intelectuais, cujos posicionamentos sobre a questão se davam em dois eixos: aqueles que defendiam, em seus argumentos, a existência de uma crise do projeto ético-político, como José Paulo

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado) pela Universidade Federal de Pernambuco. Concorde expressamente com a publicação deste trabalho pelos meios disponibilizados pela organização do evento.

Netto e Marcelo Braz e aqueles cujos posicionamentos advogavam a não existência: Ana Elisabete Mota, Ângela Amaral, Elaine Behring e Sâmya Rodrigues.

Nessa perspectiva, a construção do presente artigo busca tecer reflexões acerca de antigas e novas tendências encontradas na profissão nestes sete/oito anos do debate suscitado. Não se tem a intenção de reanimá-lo, mas sim atualizar estas questões frente às novas conjunturas postas à categoria no decorrer desses anos, considerando que estas determinações refletem na formação profissional, no cotidiano de trabalho e na luta política encabeçada pelos órgãos representativos da categoria.

Dessa forma, a construção do trabalho se deu em dois momentos. Primeiramente, recorreu-se aos estudos sobre a categoria hegemonia em Gramsci, por meio de fontes teóricas de seus intérpretes, como Gruppi (1978), Buttigieg (2003), Gomes (2012), Coutinho (1998), com a intenção de capturar o sentido e conjuntura de suas formulações sobre o termo em questão. Esse esforço foi necessário para compreender o sentido de hegemonia empregado no Serviço Social, reconhecendo que são necessárias mediações ao transpô-la ao universo de uma profissão, principalmente ao se refletir temas específicos relativos à categoria.

Logo em seguida, tem-se o segundo tópico, cuja construção é feita em dois estágios: inicialmente, fez-se uma introdução sumária acerca dos tópicos que estavam presentes no debate da crise de hegemonia do projeto ético-político, demonstrando sucintamente, os elementos que configuravam a crise e aqueles que não. Feito isso, são apresentadas as análises sobre alguns temas que estavam presentes na crise do projeto, qualificando-as sob a perspectiva contemporânea. Sua construção pautou-se principalmente, na procura do posicionamento político da categoria, analisando publicações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e de textos que refletem esse e outros temas importantes para a profissão.

2 O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI: contexto, entendimento e aplicabilidade no Serviço Social

Certamente dentre os chamados marxistas ocidentais, Antônio Gramsci é o intelectual que mais se destaca no uso da categoria hegemonia, sendo este um tema sempre presente em suas elaborações. A sua obra é profundamente marcada pelo contexto social de crise do capitalismo nos anos 1920 e 1930 vivenciada na Europa. Os reflexos

deste cenário se apresentam em toda sua obra, cuja principal característica se revela no caráter militante, pois suas elaborações possuem um cunho político, cujo objetivo seria o de contribuir com o programa revolucionário do proletariado na lógica da luta de classes.

Na contemporaneidade, o conceito de hegemonia adquire múltiplos significados: supremacia, dominação, consenso, direção, monopólio. Portanto, diante desta amplitude de empregos, é preciso compreendê-la no sentido real conferido por Gramsci em suas análises, tendo em vista ser um assunto contumaz nos Cadernos do Cárcere, sendo utilizada em momentos diferentes para a compreensão de situações distintas. Dessa forma, o entendimento que o autor confere a categoria no momento em que a utiliza só pode ser apreendido em detrimento da conjuntura analisada por ele.

Para Buttigieg (2003), Gramsci não possui propriamente uma “teoria da hegemonia²”, nem mesmo deixou uma categoria conceitual precisa, assim como fizeram outros teóricos, a exemplo de Marx com a categoria mais-valia. Antes ele aplica o seu pensamento sobre o que ela venha a ser, na tentativa de explicar determinados acontecimentos da realidade italiana, principalmente no atraso desta frente ao avanço do capitalismo na Europa. À vista disto, dentre os estudiosos de sua obra, um fato é unânime: o autor não deixou um conceito preciso, fechado e acabado sobre o que compreendia por hegemonia. Ao contrário, este conceito é enriquecido e adquire sentido no momento em que o autor se dedica ao estudo minucioso das várias questões que estão a sua volta, iluminando o seu pensamento a respeito das mesmas.

As primeiras formulações gramscianas a respeito deste conceito remontam os idos de 1920, podendo-se falar em formulações mais amadurecidas a partir de 1929. Um dos principais elementos que propiciou a sua aproximação com este conceito, foi o seu contato com o movimento operário de Turim, tendo em vista que suas discussões sobre hegemonia e a conquista da hegemonia resultam de suas análises sobre as tentativas de efetivar a revolução proletária engendrada pelos operários italianos. Portanto, em Gramsci, a categoria de hegemonia assume um status prático, ou seja, não se trata de uma mera abstração, mas sim um conceito que carrega em seu sentido, a tentativa de efetuar a revolução proletária por meio dos partidos, a quem, na concepção gramsciana, caberia à direção da atividade intelectual (GOMES, 2012).

² Sobre outros temas analisados, Gramsci conseguiu deixar notas compiladas sobre o seu entendimento, como: Americanismo e Fordismo, Maquiavel, o Risorgimento, os intelectuais etc. Contudo, não lhe foi possível condensar o seu pensamento sobre a hegemonia, o que não invalida a grandiosidade de sua obra e do termo para a análise crítica da política contemporânea.

Esta categoria surge inicialmente em duas notas iniciais do Primeiro Caderno §40, quando o autor aborda o assunto do *Risorgimento* e as disputas políticas que ocorriam na Itália naquele momento. Logo após essa primeira utilização, o conceito continuou presente em suas análises sobre outros temas, como por exemplo: questões da organização política, da influência da religião na organização da sociedade, do papel dos intelectuais na organização da cultura e nas relações entre estrutura e superestrutura, disputas entre ideologias na formação do Estado e na produção do conhecimento (GOMES, 2012).

A utilização desta categoria remonta a Lênin, pois foi por meio do resgate do pensamento e da definição de hegemonia neste autor, que Gramsci enveredou por compreendê-la, estudá-la e formular suas ideias sobre a mesma, sendo este um dos pontos de encontro entre os dois teóricos. No entanto, cabe destacar, que a utilização do conceito pelos dois autores se deu em momentos de análise distintos, pois enquanto Lênin a utiliza para analisar o contexto da Revolução Russa de 1905³, empregando inicialmente, o termo ditadura do proletariado⁴, Gramsci a utiliza na observação de um contexto italiano de desarticulação da classe burguesa, acompanhado de uma fraca organização dos partidos políticos (GOMES, 2012).

Portanto, o ponto de partida adotada por Gramsci foi certamente à formulação leninista da ditadura do proletariado. Portelli (1977) informa que entre a concepção de hegemonia adotada pelos autores possui diferenças

[...] o problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política) (PORTELLI, 1977, p. 65).

³ Aqui deve ser feita uma breve consideração sobre o contexto da Revolução citada no corpo do texto. No momento da revolução em questão, a Rússia encontrava-se cindida entre dois grupos: bolcheviques e mencheviques, que acreditavam que o proletariado deveria apoiar a revolução sem a expectativa de liderá-la, tendo em vista que naquele momento não seria o momento oportuno para a realização da sua revolução. Já Lênin adotava a perspectiva de que o proletariado deveria assumir o comando da revolução, tornando-se o líder da mesma, tendo em vista que para ele a luta do proletariado se configurava numa luta legítima e revolucionária (GRUPPI, 1978).

⁴ De acordo com Gruppi (1978), a escolha do termo “ditadura” por Lênin se refere ao fato dele querer ir à raiz do pensamento marxiano, diferentemente de outros intelectuais reformistas da época. Nesse sentido, a utilização do termo pelo teórico é uma escolha de reavivar o termo clássico utilizado por Marx.

Destaca-se o fato de que quando Lênin aborda a ditadura do proletariado ele enfatiza o seu caráter coercitivo, referindo-se a força que o proletariado detinha sobre os demais setores e classes sociais, portando uma estratégia política revolucionária de controle do aparato estatal e da emancipação proletária. Já Gramsci destaca a importância de se formar uma classe dirigente que utilize o consentimento das massas e não apenas a coerção, em que pesava a importância de haver uma direção intelectual e cultural sobre as massas.

Gruppi (1978) analisa que o conceito de hegemonia adotado por Gramsci, se vincula a ideia de que seria o proletariado alemão o verdadeiro herdeiro da filosofia clássica alemã. De acordo com ele, a hegemonia do proletariado articula uma relação muito próxima entre teoria e prática e entre teoria e ação política, sendo o proletariado alemão herdeiro dessa filosofia pelo fato de transpor e superar na realidade social tudo aquilo que ainda lhe é especulativo, realizando uma inversão da práxis e uma inversão revolucionária. Assim, para tornar viável a ditadura do proletariado, seria necessário que os proletariados além de se tornarem dominantes, se tornassem dirigentes, obtendo o consenso para que, junto ao apoio das classes aliadas, o Estado operário pudesse adquirir governabilidade.

Para Gramsci, a realização da hegemonia do proletariado conserva um grande valor filosófico, pois ela traz em si a edificação de uma nova sociedade, “[...] uma nova estrutura econômica, de uma nova estrutura política e também de uma nova orientação ideológica e cultural” (Gruppi, 1978, p. 2). Portanto, a hegemonia do proletariado corresponde a uma transformação completa na sociedade, constituindo-se numa verdadeira reforma intelectual e moral.

É nesse sentido que deve ser entendido o conceito gramsciano de hegemonia, como algo que se realiza não apenas na superestrutura econômica e sobre organização da sociedade, mas também é um elemento que promove modificações na forma de pensar da sociedade, suas orientações ideológicas e até sobre o modo de conhecer.

Para Coutinho (1999) há uma diferença entre hegemonia/consenso/direção, que tem sua base material na sociedade civil e dominação/ditadura/coerção no Estado, em sentido estrito, ou seja, nos aparelhos burocráticos e repressivos. Assim,

[...] a hegemonia gramsciana se materializa precisamente na criação dessa vontade coletiva, motor de um bloco histórico que articula numa totalidade diferentes grupos sociais, todos eles capazes de operar, em maior ou menor medida, o momento catártico de superação de seus interesses meramente

econômico-corporativos, no sentido de uma consciência ético-política universalizadora (COUTINHO, 1999, p. 250-251).

Com esse entendimento, é importante que se estabeleça o sentido no qual se busca transmutar a categoria de hegemonia, conforme analisada por Gramsci, para o esteio do Serviço Social. Primeiro há que considerar a particularidade do seu emprego pelo autor, considerando que ele a utiliza para analisar a atividade de direção política e social das classes sociais num momento histórico específico da conjuntura italiana. Já no Serviço Social seu emprego caracteriza uma determinada direção intelectual, social e política na prática profissional, como bem exprime Rodrigues (2008, p. 33)

[...] a hegemonia é comumente utilizada, por diversos(as) analistas do Serviço Social, dentre os(as) quais me incluo, como direção ético-política e teórica que sustenta determinada direção social estratégica, representando uma dada compreensão de realidade e de profissão e de formas de enfrentamento adotadas por segmentos dos(as) assistentes sociais e suas entidades representativas; embora possa não ser majoritária na categoria profissional.

É nesta perspectiva que se pode compreender a hegemonia se apresenta numa profissão, nesse caso no Serviço Social. Não faz referência à quantidade, mas sim uma direção social adotada pela categoria, se expressando por meio da condução da prática profissional, por meio dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a formação e o exercício profissional, os componentes filosóficos e éticos adotados, as competências e atribuições profissionais.

Cabe ainda conferir outro alerta: Ainda que se entenda a hegemonia de uma profissão como sendo o direcionamento social predominantemente adotado por uma categoria, ainda tem que se analisar que este só pode ser conduzido no interior da mesma se considerar o pluralismo como elemento central. Isso por que, não se pode excluir a existência de propostas alternativas, contrárias àquela majoritária e que devem ser respeitadas em consideração, tendo em vista que é nesse sentido que se faz valer o amadurecimento de decisões e democracia.

3 VELHOS E NOVOS ELEMENTOS SOBRE O DEBATE: contextualização do debate de crise de hegemonia do projeto ético-político e análise contemporânea dos elementos em questão

Este tópico se divide em dois momentos: em primeiro lugar, buscou-se situar o leitor sobre o debate de crise de hegemonia do projeto ético-político, a fim de familiarizá-lo com debate. Já em um segundo momento, realiza-se a análise de alguns elementos centrais da categoria, refletindo à luz do debate da crise do PEP. Pelo curto espaço, não se foi possível fazer uma reflexão aprofundada sabendo-se que é necessário maior adensamento de alguns temas que não foram possíveis de serem tocados aqui, como por exemplo: uma análise de conjuntura maior sobre a sociedade brasileira contemporânea e a situação da esquerda no país.

3.1 Argumentos prós e contras à crise de hegemonia do PEP

Desde 2007, vem se travando o debate da crise de hegemonia do Projeto Ético-Político. De um lado, há autores que sustentam a crise do mesmo, de outro, autores que argumentam sua continuidade hegemônica na categoria. Empreitando a existência de uma crise, Marcelo Braz, com seu texto “A Hegemonia em Xeque” (2007) e José Paulo Netto, em “Das Ameaças à Crise (2007).

Os argumentos defendidos por Braz (2007) e Netto (2007), se pautam em torno de duas principais tendências, das quais a profissão é caudatária dos rebatimentos. O primeiro deles se refere “[...] a ausência de proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira” (Braz, 2008, p. 7). Para o autor, tal perspectiva ainda possui maior visibilidade a partir de 2002, tendo em vista que ascensão do então presidente Lula, apenas cristalizou a perspectiva neoliberal no Brasil, gestando uma crise de esquerda no país. No endosso do debate, Netto (2008, p. 38) afirma que “[...] a conjuntura atual, no Brasil, não registra mobilização e resistência expressivas à cultura neoliberal”.

O outro elemento de crise e inviabilização se refere aos “[...] objetivos e funções profissionais”. Para o autor, há uma tendência de focar a profissão na política de assistência social, o que para se constitui numa regressão. Em segundo lugar, tem-se a problemática da formação profissional, através da investida neoliberal na política de educação, incidindo diretamente na proliferação dos cursos em instituições privadas, a precarização do ensino e o aumento da modalidade de ensino à distância (EAD).

Na contraposição aos argumentos defendidos pelos autores suscitados, trabalhasse o posicionamento de Sâmya Rodrigues, com seu texto “Limites e Possibilidades Históricas do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (2009), bem como uma palestra

proferida pela autora em uma Mesa Redonda do Conjunto CFESS/CRESS intitulada “A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas” (2008). Autores como Ana Elisabete Mota e Ângela Amaral também deram suas contribuições, num texto nominado “Projeto Profissional e Projeto Societário” (2009).

Rodrigues (2009) elabora argumentos que pretendem demonstrar os avanços da categoria profissional frente aos processos analisados pelos autores citados anteriormente como representativos de crise. Para a autora, há que se analisar a interlocução que vem sendo feita pela categoria com outros segmentos e movimentos da sociedade, dos quais são representativos os movimentos por moradia, movimentos dos trabalhadores desempregados, além do MST.

Já no que se refere ao segundo aspecto abordado por Braz (2007) e Netto (2007), que compreende a esfera dos objetivos e da formação profissional, Rodrigues (2009), aponta que as entidades da categoria já vêm se posicionando a respeito deste tema, tendo em vista que o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS e a ENESSO travam debates relativos à crítica da centralidade da política de assistência no universo profissional.

Com relação a precarização da formação profissional, Rodrigues (2009), a autora defende que se percebe uma continuidade da teoria social crítica e que se faz preciso apostar nas contradições que emergem, alimentando as estratégias e o potencial de enfrentamento a tais perspectivas.

3.2 Análises contemporâneas do debate: atualizando e repondo novas questões ao PEP

Neste subtópico serão debatidos os principais temas discutidos na época do debate sobre a crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, à luz de novas reflexões produzidas no interior da categoria, seja por sua instância político-organizativa ou no ambiente acadêmico, buscando destacar os avanços obtidos nos últimos anos, bem como as *pelejas*⁵ (Mota e Amaral, 2014) que ainda se encontram presentes no universo profissional.

⁵ Termo utilizado pelas autoras para intitular a recente publicação “Serviço Social nos anos 2000: cenários, pelejas e perspectivas”, que trata de coletânea de textos que apresentam os temas mais relevantes sobre o Serviço Social na conjuntura dos anos 2000.

Uma das principais preocupações, suscitadas na época do debate sobre a crise de hegemonia do projeto ético-político, se referia aos rumos que a formação profissional do Serviço Social tomava naquele momento. Caudatária dos processos de instrumentalização da política educacional à lógica financeirização, a conjuntura daquela época, que se caracterizava pelo aligeiramento, mercantilização e precarização do ensino superior, cuja face mais ultrajante se refere à desmedida proliferação dos cursos na modalidade à distância.

Decorrido esse tempo e num esforço de se pensar sobre os antigos e novos rumos desta temática, constata-se a proeminência nas preocupações da categoria, seja no ambiente acadêmico ou nas discussões travadas pelas suas instâncias político-organizativas, onde a bandeira assumida é a de *Educação não é Mercadoria*. Dentre as diversas críticas e posicionamentos contrários abertamente denunciados por estas instâncias, soma-se um novo dilema: a problemática do estágio supervisionado, principalmente na modalidade de ensino à distância⁶.

Nos idos de 2007⁷, houve uma grande expansão dos cursos de nível superior sob a égide da mercantilização do ensino. Nesse período, a modalidade de ensino à distância já era representativa, acompanhando o ciclo de propagação do ensino superior realizado na Era Lula da Silva (2003-2010) e que se intensificou no governo Dilma. No curso destas transformações na condução da política de educação que privilegia o mercado e seus influxos na formação profissional do Serviço Social, os órgãos representativos da categoria, se manifestam criticamente contrários à condução da educação como instrumento de barganha com setores do capital privado. Refletindo sobre os impactos na formação de futuros profissionais, destaca-se à sua inadequação às diretrizes postuladas pela Associação Brasileira de Serviço Social (ABEPSS), no que tange a formação profissional de assistentes sociais (CFESS, 2014).

Esse quadro conjuntural foi profundamente deletério à formação profissional no Serviço Social. De acordo com dados trazidos por Dahmer (2014), a profissão figura entre os dez cursos com maior incidência de matrícula na modalidade presencial em redes privadas de ensino e ocupa o terceiro lugar na EAD. Para a autora, o governo Dilma

⁶ De acordo com o CFESS (2014) esta vem sendo uma preocupação constante alimentada pela categoria, tendo em vista o grande número de denúncias efetuadas juntos aos CRESS no que se refere ao estágio supervisionado de alunos deste tipo de ensino.

⁷ A lógica de mercantilização do ensino superior brasileiro é algo que marca a história da educação brasileira e esteve presente no governo FHC. O que se pretende destacar é o continuísmo mercadológico presente na orientação dos governos citados.

continuou com a lógica de investimento educacional que privilegia o setor privado, seja na modalidade presencial ou à distância, em detrimento do aumento de oferta nas universidades públicas.

O que preocupa, neste tipo de ensino, são os enormes desafios que ele repõe para os futuros profissionais: a impossibilidade de assegurar uma formação social ancorada em princípios éticos, a falta de embasamento teórico adequado e as condições de trabalho às quais os professores, principal elemento no processo de formação, se encontram submetidos. Soma-se a isso, a inexistência ou precária estrutura organizacional para assegurar uma política de estágio de acordo com o que preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Deste processo Mota e Amaral (2014) destacam uma importante e triste coincidência do processo de aligeiramento da formação provocado pela massiva expansão da modalidade de ensino privado e à distância: o afastamento das diretrizes formativas e o surgimento de um verdadeiro “exército de reserva profissional”, que possuem impactos significativos no mercado de trabalho profissional, pois impactam na precarização do trabalho do assistente social em suas dimensões (vínculos empregatícios, condições para o exercício, impacto na identidade de classe entre outros).

A recente preocupação das instâncias políticas organizativas da profissão se refere ao estágio supervisionado, eixo central da formação profissional. No aprofundamento das discussões em torno desta temática, se encontram as críticas às investidas da contrarreforma da educação, tendo em vista que há na atualidade, uma disparidade entre a dimensão político-pedagógica e a dimensão tecnicista instrumental, o que se agrava ainda mais no ensino à distância.

Em recente publicação, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) demonstra, através de dados levantados juntos aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a realidade de precarização que permeia os processos de supervisão de estágio no ensino à distância. Conforme estabelece a Lei Nº 8662/1993, a supervisão de estágio deve ser realizada exclusivamente por assistentes sociais, constituindo uma atribuição privativa do profissional. O documento do CFESS revela: 1) situações onde o número de estagiários supervisionados extrapola a quantidade máxima por supervisor; 2) estagiários sem receber supervisão direta 3) supervisores de campo sem vínculo formal atuando apenas voluntários.

As situações apontadas pelo CFESS representam uma enorme fragilização na formação, tendo em vista a extrema importância entre formação e vivência de estágio, pois é por meio da mesma que o aluno-estagiário pode realizar uma reflexão qualificada e crítica no que se refere ao exercício profissional, bem como se aproximar do mesmo.

Contudo, destacam-se alguns avanços alcançados no plano jurídico-político no que se refere à temática do estágio em Serviço Social, como a publicação da resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social; em 2010, a ABEPSS publicou a Política Nacional de Estágio, que traz as referências a serem cumpridas pelas unidades de formação acadêmica no que se refere ao mesmo, orientando a supervisão, a vigência de estágio obrigatório e não obrigatório, dentre outros. Ao fim de 2013, outra conquista foi obtida: a implantação do Sistema de Credenciamento on-line dos campos de estágio junto ao CFESS, permitindo a este órgão maior agilidade na fiscalização de irregularidades junto aos mesmos.

Outro tema bastante discutido e que suscitava preocupações no debate da crise do PEP, se referia a ampliação dos espaços ocupacionais que a política de assistência social abria para os profissionais, o que a tornou ambiente de trabalho privilegiado para assistente social. O relatório final de gestão do CFESS, triênio 2011-2014, permite afirmar nos últimos anos ampliaram-se os ambientes que requisitam a inserção do profissional, nas mais diferentes políticas, o que alargou a possibilidade interventiva da profissão.

Neste ensejo, desde 2001 é discutido no interior da categoria sobre a importância do assistente social na política de educação, considerando o papel que exercido por esta política no contexto de desenvolvimento do estado brasileiro face à globalização. Muitos foram os processos de debates nos grupos de estudos desenvolvidos pelo Conselho Federal sobre a relevância do assistente social na rede básica de ensino, tentando viabilizar essa inserção sob a forma de lei.

Assim, em julho de 2013 a Comissão de Educação da Câmara dos deputados aprovou com unanimidade o Projeto de Lei N° 3688/2000, conhecido como PL Educação. Apesar da resistência de alguns deputados que alegavam a debilidade orçamentária dos estados e municípios para cumprimento da lei em questão, o projeto de lei foi aprovado e assim alcançou-se mais uma vitória para a categoria. Conforme Alessandra Souza, conselheira do CFESS na época da aprovação do projeto de lei, a inclusão de assistentes sociais e de outros na rede básica “[...] só vem a contribuir para um atendimento integral

e de qualidade a todos/as aqueles/as que compõem o processo ensino-aprendizagem, no entendimento de que a educação é um direito social” (CFESS, 2013).

Isso demonstra que, mesmo sob o solo de uma conjuntura contraditória, é possível registrar a resistência político-organizativa da categoria refletida por meio da

[...] publicização de nossas referências ético-políticas e culturais, via divulgação de conceitos e bandeiras políticas como os da diversidade, da orientação sexual, do combate a desigualdade, socialização da riqueza, dentre outros. Esse movimento vem se dando através da realização e ampliação de fóruns, encontros e debates, imprimindo maior organicidade entre o movimento (MOTA; AMARAL, 2014, p. 37).

Essas conquistas e a qualidade do debate teórico e político da categoria só foram possíveis graças a maturidade intelectual adquirida pela categoria nos últimos anos, o que permite referendar o Serviço Social brasileiro para além de uma profissão, mas como uma área de produção de conhecimento. Na visão Mota (2013) esse status é uma particularidade do Brasil, considerando que a análise da profissão em âmbito latino-americano ainda se encontra ancorada na prática interventiva.

Assim, as reflexões de Mota (2013) a permitem suscitar a hipótese de que o:

Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (MOTA, 2013, p. 18).

Dessa forma, o Serviço Social adquire maturidade intelectual frente ao conjunto das ciências sociais, sendo importante núcleo de resistência no interior do marxismo brasileiro, avançando para além da intervenção profissional e logrando status de produtora de conhecimento frente a profissão no âmbito latino-americano.

Frente aos desafios e conquistas logrados nos últimos anos pela categoria, uma questão se sobrepõe: é preciso adensar a resistência e luta política e estar atentos ao compromisso com o projeto profissional, seus princípios e caminhos que o mesmo nos aponta. Faz-se necessário, mais que nunca, que tenhamos o projeto ético-político como guia das ações profissionais, acadêmicas e no processo de formação profissional, construindo estratégias políticas para que ele se mantenha hegemônico frente às inúmeras ofensivas postas a profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação que levou a construção deste artigo foi o um tema bastante discutido no Serviço Social entre 2007-2009: o debate sobre a crise de hegemonia do projeto-ético político do Serviço Social. Assunto que este na pauta investigativa dos teóricos mais relevantes da intelectualidade da profissão, os mesmos analisavam os temas presentes na realidade brasileira e que acabavam por incidir na profissão, requisitando da mesma clareza teórica para se posicionar criticamente diante da conjuntura.

Para desenvolver o artigo, buscou-se estudar a categoria de hegemonia, aproximando-se da mesma por meio de alguns intérpretes do pensamento gramsciano que a trabalham. O intuito desse estudo foi apreender o sentido real conferido por Gramsci ao utilizá-la em suas elaborações, bem como compreender a aproximação do Serviço Social com este autor, tendo em vista sua contribuição para pensar a sociedade brasileira e a profissão nos anos 1970.

A categoria também foi usada no texto para outra finalidade: refletir como o sentido da mesma pode ser transposto para pensar profissão na contemporaneidade e principalmente na problemática estudada. Assim, constatou-se que ela é usada no sentido de ser um guia, uma direção intelectual e política, que se tornam majoritários, mas não unânimes, pois há que se considerar a disputa de projetos profissionais que estão em disputa no interior da profissão, mas que convivem de forma harmoniosa, pois se pautam no pluralismo.

Nesse sentido, o projeto ético-político é este guia para o Serviço Social. É ele que aponta a direção social que a profissão deve seguir, servindo de baliza para a ação profissional, para a formação acadêmica e para a militância das instituições político-organizativa. Certamente não se pode deixar de falar em rebatimentos, mas advoga-se a sua plenitude e seu vigor, alimentado pelo tripé: academia, militância e profissionais.

Assim, a análise dos temas propostos na segunda parte do artigo buscou demonstrar a atual conjuntura dos temas que estavam na preocupação dos pesquisadores naquela época, tentando atualizá-los ou refleti-los sob a luz do momento contemporâneo. Portanto, há alguns assuntos que ainda representam preocupação permanente da categoria, como a formação profissional, principalmente no que se refere ao estágio supervisionado, que se encontra presente nas estratégias de resistência crítica e nas bandeiras de lutas levantadas pela categoria.

Ainda foi abordada a conquista de outros espaços profissionais para a profissão, como a inserção de assistentes sociais nas equipes multiprofissionais da rede pública de ensino, através da aprovação do Projeto de Lei Nº 3688/2000. Para sua aprovação na Câmara dos Deputados foi necessário uma mobilização massiva de profissionais e estudantes, que saíram na defesa não só da conquista de um espaço sócio-ocupacional, mas deixou evidente a proposta de educação a qual o Serviço Social se vincula: educação pública de qualidade, um direito social a ser prestado pelo Estado.

Outra consideração feita foi quanto à maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social nos últimos anos, fruto de um avanço teórico que marca a profissão desde a década de 1980. Registra-se o privilégio no aprofundamento da pesquisa e da produção teórica dentre os intelectuais da categoria, o que lhe permite avançar para além de uma profissão interventiva, logrando espaço como produtora de conhecimentos, tanto no campo do marxismo como nas problematizações a cerca dos processos de trabalho onde os assistentes sociais se encontram inseridos. Como determinante deste processo, deve-se creditar a qualidade dos programas de pós-graduação e da pesquisa, que permitem dotar de densidade teórica as reflexões realizadas pela intelectualidade profissional.

Nesse sentido, é na certeza de que as análises apontadas são passíveis de maiores aprofundamentos, segue-se acreditando na plenitude do projeto ético-político como guia da profissão que se quer como baliza para pautar a ação profissional, a formação e as bandeiras de luta da categoria. Não se questiona a inegável inflexão que os processos societários exercem na profissão, mas ela se porta de maneira ávida, criticando consistentemente a conjuntura contraditória.

REFERENCIAS

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

BUTTIEGIEG, Joseph A. Educação e Hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa Paula. (Orgs.). **Ler Gramsci e Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CFESS. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Brasília (DF), 2014. v. 2.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAHMER, Larissa Pereira. Ensino Superior e Formação em Serviço Social: o setor privado como o principal sujeito formador. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 14., 2014, Natal, **Anais...** Natal: Campus da UFRN, 2014.

GOMES, Jarbas Maurício. **Religião, Educação e Hegemonia nos Quaderni Del Carcere de Antonio Gramsci**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2012%20-%20Jarbas.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

IAMAMOTO, Marilda. A Formação Acadêmico-Profissional No Serviço Social Brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MOTA, Ana Elisabete. O Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, p. 17-27, 2013. Número especial: Espaço Temático Serviço Social, História e Desafios. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300003>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Ângela. Projeto Profissional e Projeto Societário. **Revista Inscrita**, Brasília: CFESS, n. 12, 2009.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: _____. (Orgs.). **Serviço Social nos anos 2000: cenários, peijas e perspectivas**. Recife: UFPE, 2014.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

RODRIGUES, Sâmya. Limites e Possibilidades Históricas do Projeto ético-Político. In: **Revista Inscrita**, Brasília (DF): CFESS, n. 12, 2009.

_____. A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas. In: ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 37., 2008. **Conferências e Deliberações...** Brasília (DF), 2008.

PORTELLI, H. 1977. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.